

## **Mapeamento da Disciplina de Teorias do Jornalismo nos Cursos Ofertados por Universidades Federais no Brasil<sup>1</sup>**

Mayara Jordana Sousa SANTANA<sup>2</sup>

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO

### **RESUMO**

Este artigo apresenta uma síntese sobre o ensino de Jornalismo no Brasil com ênfase na legislação educacional, desde os primeiros currículos mínimos até as novas Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas em 2013. As diretrizes retomaram a configuração do curso enquanto um bacharelado específico, e não mais uma habilitação da Comunicação Social. No artigo, é apresentada pesquisa exploratória sobre a atual configuração dos cursos de Jornalismo das universidades federais e a oferta da disciplina Teoria(as) do Jornalismo nos currículos dos cursos investigados. As considerações finais apresentam discussões sobre o atual curso de Jornalismo segundo um olhar para a disciplina Teorias de Jornalismo como um aspecto relevante para uma recuperação histórica do ensino teórico da área.

**PALAVRAS-CHAVE:** ensino e pesquisa em jornalismo; curso de jornalismo; legislação educacional; teorias do jornalismo.

### **1. INTRODUÇÃO**

O ensino superior em jornalismo no Brasil teve início no século XX nos anos de 1940, com o primeiro curso ofertado por uma instituição privada de ensino superior, a Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo, em 1947, a partir da iniciativa do jornal *A Gazeta* e em convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Posteriormente, foi a então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, a primeira universidade pública a ofertar o curso de jornalismo em 1948 (MARQUES DE MELO, 2007).

Segundo um contexto internacional de educação jornalística, o ensino de jornalismo no Brasil tem sua fundação considerada como tardia, para Marques de Melo: “A primeira escola de jornalismo foi criada em Paris, em 1899, por iniciativa do

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda em Comunicação na Universidade Federal de Goiás (UFG). Jornalista no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). E-mail: [mayarajordana@gmail.com](mailto:mayarajordana@gmail.com)

---

patronato jornalístico francês, mas os ianques se orgulham ao lembrar que as primeiras escolas de jornalismo dentro da universidade surgiram em território norte-americano”. (MARQUES DE MELO, 2007, p.13). Antes disso, o primeiro registro de um estudo acadêmico sobre o jornalismo data do século XVII, com a tese sobre jornalismo desenvolvida em 1690 pelo médico alemão Tobias Peucer (PEUCER, 2004).

Contudo, o início do ensino de Jornalismo no Brasil não se institucionalizou segundo um percurso histórico que pode ser considerado linear e consensual, mas sim marcado por resistências dos que eram contrários à educação jornalística, seja por intelectuais que exerciam as práticas jornalísticas e eram formados em outros campos de conhecimento. E também havia o pensamento daqueles que consideravam que o jornalismo se tratava de uma vocação e/ou se aprendia na prática e desmereciam a necessidade de uma formação específica (MARQUES DE MELO, 2009).

Além disso, pesaram também na oferta inicial de um ensino acadêmico em jornalismo brasileiro, nos anos de 1940, interesses políticos internacionais decorrentes da Guerra Fria, especialmente dos Estados Unidos e seu projeto desenvolvimentista e/ou também colonizador sobre a comunicação realizada pelos países tidos como subdesenvolvidos. No Brasil, ao mesmo tempo, incidia à época a política nacional da então ditadura do Estado Novo (1937-1945) do governo de Getúlio Vargas.

No âmbito educacional, o curso de Jornalismo foi legalmente institucionalizado no ensino superior brasileiro mediante Decreto-Lei nº 5.480, de 13 de maio de 1943 (MOURA, 2002, p.82). A partir daí, o ensino da área perpassou por legislações e alterações curriculares até o início desse século XXI, que versam sobre aspectos e intencionalidades educacionais para uma almejada formação de nível superior em jornalismo destinada aos jornalistas brasileiros.

O ensino de Jornalismo no país que teve início com uma graduação específica. Nos anos de 1960, foram instituídas as primeiras legislações educacionais do curso a partir da implantação de dois currículos mínimos, sendo o primeiro estabelecido em 1962 e o segundo, em 1965. O curso passou por uma significativa transformação curricular com o terceiro currículo mínimo implantado mediante a Resolução nº 11/69, que transformou o curso de jornalismo em uma habilitação da graduação em Comunicação Social (MOURA, 2002). Desde então, a área permaneceu como uma habilitação até a implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do bacharelado em Jornalismo, instituídas em 27 de setembro de 2013 (BRASIL, 2013b).

---

Na opinião do pesquisador Eduardo Meditsch, que foi um dos integrantes da Comissão de Especialistas constituída pelo Ministério da Educação (MEC) para elaborar as novas DCNs, as novas diretrizes do curso foram vislumbradas como “oportunidade histórica de superar a dicotomia entre teoria e prática em nossos cursos uma vez que a norma aprovada no CNE acaba com a ambiguidade entre formar para a prática do jornalismo e formar para a área acadêmica da comunicação [...]” (MEDITSCH, 2015, p.74).

É a partir do foco no ensino de jornalismo no Brasil e sua legislação educacional que este artigo tem por objetivo lançar um olhar sobre o ensino das teorias do jornalismo nos atuais currículos após a implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do bacharelado em Jornalismo, em 2013, nos cursos de Jornalismo ofertados pelas universidades federais no país.

Para tanto, este artigo apresenta pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, que teve por objetivo verificar, a partir do acesso aos atuais Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e currículos dos cursos de Jornalismo ofertados por universidades federais do Brasil obtidos digitalmente. O intuito foi o de investigar quais desses cursos atualizaram seus currículos segundo as novas DCNs. Além disso, buscou-se verificar quais ofertam a disciplina nomeada de Teoria(as) de Jornalismo atualmente.

A investigação exposta é parte de um levantamento preliminar de uma pesquisa de doutorado em andamento. A escolha por esse *corpus* com foco nos cursos de Jornalismo oferecidos pelas universidades federais brasileiras foi aleatória e motivada pelo acesso digital aos PPCs e currículos dos cursos junto aos sites das IES consultadas.

## **2. ENSINO DE JORNALISMO NO BRASIL: UMA MIRADA PARA A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL**

Desde o início da oferta do primeiro curso de Jornalismo em 1947, até o primeiro currículo mínimo em 1962, o ensino da área de jornalismo no Brasil permaneceu sem parâmetros curriculares. A primeira legislação educacional para o curso somente viria após a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961.

Na legislação educacional do ensino de Jornalismo, contabilizam-se cinco currículos mínimos, sendo o primeiro currículo mínimo implantado mediante o Parecer

nº 323/1962; o segundo currículo mínimo instituído pelo Parecer nº 984/1965; o terceiro currículo estabelecido pela Resolução nº11/1969, sendo o que alterou o curso de Jornalismo para o bacharelado em Comunicação Social; o quarto currículo instaurado pela Resolução nº 03/1978; e o quinto currículo fixado pela Resolução nº 02/1984 (MOURA, 2002).

Após os currículos mínimos, o ensino da área foi regulamentado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do bacharelado em Comunicação Social e suas habilitações a partir da Resolução CNE/CES nº 16, de 13 de março de 2002. Em 2013, foram então instituídas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do bacharelado em Jornalismo, a despeito do não consenso no do meio acadêmico e até mesmo entre pesquisadores das áreas de Jornalismo e da Comunicação, conforme consta do Parecer CNE/CES nº 39/2013 elaborado pela Comissão de Especialistas que atua para a redação das novas DCNs (BRASIL, 2013a).

No estudo de Moura (2002) sobre a legislação educacional do curso de Comunicação Social no Brasil, a autora apresenta que o curso de Jornalismo perpassou por transformações em decorrência da institucionalização da graduação em Comunicação Social. “Considerando os cinco currículos mínimos implantados, podemos notar que houve uma transformação do Curso de Jornalismo para o Curso de Comunicação Social, o qual abriga habilitações.” (MOURA, 2002, p.98).

As modificações nos currículos mínimos do curso de Jornalismo incidiram não somente no ensino de conteúdos/disciplinas, mas na identidade acadêmica da área no Brasil, conforme defende Marques de Melo (2009): “Como *habilitação* profissional de uma carreira desenhada academicamente, o jornalismo perdeu sua identidade. Confundiu-se e entrou em conflito com as fronteiriças profissões midiáticas.” (MARQUES DE MELO, 2009, p.88, grifo do autor).

Meditich (2012), por sua vez, também acrescenta a essa crítica que os estudos específicos da área de Jornalismo foram impactados pela configuração do curso como uma habilitação da Comunicação Social. “A partir deste momento, os estudos de mídia, e do Jornalismo dentro destes, passam a ser uma sub área secundária e quase marginal dentro das chamadas ‘Ciências da Comunicação’.” (MEDITSCH, 2012, p.113).

Sobre essa apreensão em relação às matérias/ disciplinas indicadas na legislação, o estudo de Moura (2002), que realizou análises dos cinco currículos mínimos instituídos para o ensino da Comunicação Social entre os anos de 1960 e 1984, discorre

que o ensino inicial de teorizações referentes ao jornalismo ocorreu pela oferta da disciplina Teoria da Informação, que foi oferecida por meio do segundo currículo: “Teoria da Informação surgiu com o Parecer nº 984/65, transformando-se em Fundamentos Científicos da Comunicação, em 69, para originar Teoria da Comunicação, em 78, que foi conservada em 84.” (MOURA, 2002, p.106).

Ainda segundo um olhar para o estudo de Moura (2002), observa-se que, nos currículos mínimos, outras disciplinas teóricas do ensino de Jornalismo também se alteraram com a vigência do curso após sua transformação como habilitação da Comunicação Social. Por exemplo, a disciplina Ética e Legislação da Imprensa, que era ofertada inicialmente desde o primeiro currículo em 1962, passando a ser Ética e Legislação dos Meios de Comunicação com a implantação do terceiro currículo mínimo, em 1969. Posteriormente, a disciplina foi dividida em duas matérias de caráter geral, mediante o estabelecimento do quarto currículo mínimo em 1978. Posteriormente, foi dividida em seis matérias em 1984, com o quinto currículo mínimo, sendo uma específica para cada habilitação da Comunicação Social (MOURA, 2002, p. 106).

Outra disciplina específica do curso de Jornalismo, Jornalismo Comparado, foi ofertada inicialmente no segundo e terceiro currículos mínimos e depois alterada para Comunicação Comparada, mediante a instituição dos quarto e quinto currículos mínimos (MOURA, 2002, p.107) na legislação educacional do curso.

Segundo Medistch (2012), disciplinas como Teoria da Informação e Jornalismo Comparado, oferecidas desde o primeiro e segundo currículos mínimos respectivamente, representaram a mudança do modelo beletista para a tecnificação do ensino. “Esta fase, também conhecida como ‘científico-técnica’, introduz uma visão funcional-empiricista da Comunicação, segundo a tradição teórica norte-americana, através de disciplinas como Teoria da Informação e Jornalismo Comparado.” (MEDITSCH, 2012, p.54).

Posteriormente aos cinco currículos mínimos, foram estabelecidas as DCNs do bacharelado em Comunicação Social e suas habilitações, em 2002. Por meio delas, os conteúdos curriculares foram divididos em básicos e específicos, sendo que os primeiros deveriam relacionar a parte comum do curso e as diferentes habilitações; já os últimos, cada IES estava livre para selecioná-los: “Os conteúdos específicos serão definidos pelo colegiado do curso, tanto para favorecer reflexões e práticas no campo geral da

---

Comunicação, como para incentivar reflexões e práticas da habilitação específica.” (BRASIL, 2001, p.23).

Atendo-se à legislação educacional do ensino de jornalismo no Brasil, desde os currículos mínimos às atuais diretrizes curriculares, observa-se que as novas DCNs do bacharelado em Jornalismo no Brasil demarcam o ensino de conteúdos/disciplinas referentes aos fundamentos históricos, epistemológicos e deontológicos, integrantes do eixo de fundamentação específica das diretrizes (BRASIL, 2013b). Desse modo, os estudos das teorias do jornalismo são curricularmente estabelecidos mediante as novas diretrizes curriculares.

Isso é um aspecto relevante quando se discute e almeja uma reinvenção do curso de Jornalismo no Brasil na contemporaneidade, porque vislumbra-se que são as teorias específicas da área capazes de problematizar tanto as práticas jornalísticas quanto suas epistemologias e conseqüentemente contribuir para a legitimação de uma identidade acadêmica do jornalismo. Para tanto, buscou-se, neste artigo, observar se, com a implantação das novas DCNs do bacharelado em Jornalismo, as universidades federais incorporaram em seus currículos o ensino da disciplina Teorias do Jornalismo.

### **3. TEORIAS DO JORNALISMO NOS CURSOS OFERTADOS PELAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

A partir de pesquisa exploratória documental realizada nos sites dos cursos de jornalismo das universidades federais brasileiras ou mediante solicitações por e-mail junto às coordenações desses cursos de documentos que não estavam disponíveis nos sites durante 2020 e o primeiro semestre letivo de 2021, foram obtidos os atuais PPCs e matrizes curriculares, com o objetivo de verificar se houve a reformulação do curso de Jornalismo conforme as novas DCNs do bacharelado em Jornalismo.

Com a pesquisa, identificou-se que 41 universidades federais ofertam o curso de Jornalismo no Brasil atualmente. Dentre essas, verificou-se que das 11 universidades localizadas na região Sudeste do país, 8 atualizaram seus PPCs para Bacharelado em Jornalismo e 3 para bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo. Já das 6 universidades situadas na Região Sul do Brasil, 5 universidades federais atualizaram os PPCs para o Bacharelado em Jornalismo e 1 o bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo.

---

Na Região Nordeste, das 12 universidades federais contabilizadas, há aquelas que ofertam o curso de Jornalismo em mais de um campus. Desse modo, registraram-se 9 cursos configurados como Bacharelado em Jornalismo; 1 como bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo. Há também o caso da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que, em contato com a coordenação do curso, o Núcleo Docente Estruturante de Jornalismo aguarda ainda a aprovação do novo PPC pela instância superior da universidade, sendo que o documento ainda vigente é do o curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo.

Na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o Curso de jornalismo é oferecido em dois campi: o curso novo de Bacharelado em Jornalismo no campus Imperatriz; já no campus em São Luís, o PPC vigente registra ainda a identificação de graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo. Também na região Nordeste, a Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), além do bacharelado em Jornalismo oferecido no campus em Recife, oferta também o Bacharelado em Comunicação Social, no campus em Caruaru.

Na região Norte, dos 8 cursos de Jornalismo contabilizados, 6 ofertam o Bacharelado em Jornalismo e 2 o bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo. Já na região Centro-Oeste, dos 4 cursos ofertados, todos estão configurados como Bacharelados em Jornalismo.

Esse cenário mostra distinções de titulações que serão conferidas pelos atuais cursos de Jornalismo ofertados pelas universidades federais brasileiras de acordo com as novas DCNs do curso, que instituiu o fim da oferta do jornalismo como uma habilitação da Comunicação Social, conforme exposto no Quadro 1. Caso esta pesquisa seja expandida também para IES privadas que ofertam o curso de jornalismo, outras titulações conferidas poderão também serem encontradas, por exemplo, a graduação em Jornalismo Digital ofertada pela Universidade Católica de Brasília e também a oferta do curso de Jornalismo a distância, outro aspecto a ser observado no ensino da área na atualidade.

Em relação à observação das matrizes curriculares, identificou-se que, dentre as 41 universidade federais, 33 cursos de Jornalismo ofertam a disciplina Teoria(as) de Jornalismo em seus currículos, tanto como disciplina obrigatória quanto eletiva. Também foram registrados alguns cursos de universidades federais brasileiras que ofertam a disciplina mais de uma vez no currículo, por exemplo: a Universidade Federal

do Paraná (UFPR) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), que oferecem Teorias de Jornalismo I e Teorias de Jornalismo II, de acordo com o Quadro 1.

**Quadro 1-** Lista de Universidades Federais que ofertam o curso de Jornalismo no Brasil

<b>Região Sudeste</b>			
<b>Nome da Universidade Federal no Brasil</b>	<b>O PPC vigente registra a identificação do curso: Bacharelado em Jornalismo ou a oferta da Comunicação Social – Jornalismo?</b>	<b>Oferta o curso de Jornalismo em mais de um câmpus? Sim ou Não. Quais?</b>	<b>Oferta a disciplina com a nomenclatura Teoria(s) do Jornalismo? Sim ou Não</b>
1- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
2- Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
3- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
4- Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Não
5- Universidade de São Paulo (USP)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Não
6- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
7- Universidade Federal Fluminense (UFF)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Não
8- Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
9- Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Comunicação Social – Jornalismo	Não	Sim

10- Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	Comunicação Social – Jornalismo	Não	Sim
11- Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Comunicação Social – Jornalismo	Não	Não
<b>Região Sul</b>			
1-Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
2- Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim. Oferta Teorias de Jornalismo I e Teorias de Jornalismo II
3- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
4-Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
5-Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Comunicação Social - Jornalismo	Não	Sim
6- Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
<b>Região Nordeste</b>			
1- Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim. Nomeada de Fundamentos e Teorias do Jornalismo
2- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
3- Universidade Federal de Sergipe	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim

(UFS)			
4- Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo*	Não	Sim
5- Universidade Federal do Ceará (UFC)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim. Duas: Teorias de Jornalismo I e Teorias de Jornalismo II
6- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	Comunicação Social – Jornalismo	Não	Sim
7- Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
8- Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Não
9- Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Bacharelado em Jornalismo – Campus Imperatriz  Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo – Campus São Luís	Sim. Campi em São Luís e Imperatriz	Sim
10- Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
11 - Universidade Federal do Pernambuco (UFPE)	Bacharelado em Jornalismo – Campus em Recife	Sim – Bacharelado em Jornalismo – Campus em Recife  Bacharel em Comunicação Social - Campus em Caruaru	Não
12 - Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
<b>Região Norte</b>			
1- Universidade Federal do Acre (UFAC)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Não
2- Universidade	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim

Federal do Tocantins (UFT)			
3- Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
4-Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Bacharelado em Jornalismo	Sim. Bacharelado em Jornalismo – Campus em Porto Velho  *Bacharelado em Jornalismo – Campus em Vilhena (*Curso em processo de extinção)	Sim
5- Universidade Federal do Pará (UFPA)	Comunicação Social – Jornalismo	Não	Sim
6- Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
7- Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Comunicação Social – Jornalismo	Não	Sim
8- Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Não
<b>Região Centro – Oeste</b>			
1-Universidade Federal de Goiás (UFG)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
2-Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
3- Universidade de Brasília (UnB)	Bacharelado em Jornalismo	Não	Sim
4- Universidade Federal do Mato	Bacharelado em Jornalismo	Sim – Bacharelado em Jornalismo – Campus	Sim

Grosso (UFMT)		em Cuiabá	
		Bacharelado em Jornalismo – Campus em Pontal do Araguaia	

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do mapeamento dos PPCs e dos currículos dos cursos de Jornalismo das universidades federais brasileiras apresentado anteriormente, constata-se a adequação da maioria dos cursos às novas DCNs, com distinções entre aqueles que optaram por identificar a titulação do curso como Bacharelado em Jornalismo e aqueles que ofertam o Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo. Há casos ainda de cursos de Jornalismo que aguardam ainda a aprovação pelas instâncias superiores das universidades federais para a publicação de novos PPCs em 2021, como os casos da UFBA, UFES, UFAM e UFPE, conforme informações obtidas em contato junto às coordenações desses cursos por meio de e-mails.

A respeito da oferta de Teoria(as) de Jornalismo, observou-se que a maioria dos cursos oferecem essa disciplina no currículo. Analisa-se que isso representa um significativo ganho para a formação de jornalistas brasileiros na atualidade, pois se trata de um aspecto curricular de reconhecimento das teorizações próprias do jornalismo e de suas epistemologias, indo além dos estudos das Teorias da Comunicação. Por 52 anos, o curso de Jornalismo foi configurado enquanto uma habilitação da Comunicação Social desde 1969. Nesse período, o ensino das teorias do jornalismo foi descontinuado ou mesclado aos estudos e pesquisas da área de Comunicação Social, conforme apresentado anteriormente no percurso histórico sobre a legislação educacional do curso de Jornalismo.

Atém-se também que mesmo nos cursos de Jornalismo das universidades federais que não ofertam a disciplina Teoria(as) de Jornalismo, os estudos sobre as epistemologias podem também ser encontrados em outras disciplinas denominadas como: Introdução ao Jornalismo, Fundamentos do Jornalismo e etc.. Portanto, isso também é mais uma categoria de análise que pode ser observada em outras pesquisas, além do que foi apresentada nos limites deste artigo.

Corroborar-se com o pensamento de Eduardo Meditsch e Liriam Sponholz (2011) que, para propor novas teorizações do jornalismo na atualidade, é preciso compreender os fundamentos epistemológicos da área. Os autores criticam que houve uma

“terceirização” dos conhecimentos produzidos por autores clássicos dos estudos de jornalismo pelas Ciências da Comunicação.

Todas as ciências e profissões universitárias dignas de respeito se renovam e se realimentam dialogando com seus clássicos. Apenas em relação ao Jornalismo, o desprezo e a soberba ignorância dos clássicos parecem ser uma atitude ainda reverenciada, e talvez por isso a Comunicação ainda não tenha adquirido reconhecimento como ciência. De fato, depois de meio século de introdução da Teoria da Comunicação nos currículos de nossas faculdades, admite-se hoje que ela é incapaz de explicar o que o jornalismo é “em essência”, porque não conseguiu, ou talvez não tenha se interessado em entender. (MEDITSCH; SPONHOLZ, 2011, n.p.)

Nesse sentido, vislumbra-se a oferta de Teoria(as) do Jornalismo no ensino do curso como um fator importante para a necessidade de se repensar as epistemologias e de construir uma nova episteme das teorias do jornalismo. Torna-se indispensável no ensino de Jornalismo no país uma formação científica especializada que corresponda à complexidade e contribua para o enfrentamento da crise de institucionalidade (e também do modelo de negócio do jornalismo de referência) e de legitimidade a que o jornalismo perpassa no início do século XXI no Brasil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº 39/2013, aprovado em 20 de fevereiro de 2013**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo. 2013a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14111-pces039-13&category\\_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14111-pces039-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 05 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES Nº 1, de 27 de setembro de 2013**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. 2013b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=14242&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=14242&Itemid=). Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação/ Câmara Superior de Educação. **Parecer CNE/CES nº492/2001, aprovado em 03 de abril de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2021.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARQUES DE MELO, José. Maldição de Sísifo: retrato sem retoque de uma instituição sexagenária, periodicamente desafiada a se reinventar. **Comunicação & Informação**.

---

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. v.10, n. 2 (jul./dez. 2007). Goiânia: UFG, Facomb. p.11-20, 2007.

MEDITSCH, Eduardo. A aplicação das novas diretrizes curriculares: oportunidade para o reencontro do Ensino de Jornalismo com o que foi perdido em sua História. In: ALMEIDA, Fernando Ferreira; SILVA, Roberto Bastos da; MELO, Marcelo Briseno Marques de (Orgs.). **O ensino de comunicação Frente às Diretrizes Curriculares**. São Paulo: INTERCOM, 2015. 203p. p. 64-103. Disponível em: [http://portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/livro\\_ensicom\\_completo\\_2\\_correcao.pdf](http://portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/livro_ensicom_completo_2_correcao.pdf). Acesso em: 08 ago. 2021.

MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir**: a função da universidade e os obstáculos para a sua realização. Florianópolis: Insular, 2012.

MEDITSCH, Eduardo; SPONHOLZ, Liriam. Bases para uma Teoria do Jornalismo 2.0, 2011. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/bases-para-uma-teoria-do-jornalismo-20/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O curso de Comunicação Social no Brasil**: do currículo mínimos às novas diretrizes curriculares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 13-30, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2070>. Acesso em: 09 ago. 2021